



**PAUTA
PARA A 106ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 27 DE JULHO DE 2018**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 37, de 2018, de autoria do deputado Campos Machado. Altera o artigo 43 da Lei Complementar nº 207, de 1979, que dispõe sobre as vantagens de ordem pecuniária dos Policiais Civis.

2 - Projeto de lei nº 516, de 2018, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Proíbe a fabricação e o comércio de produtos de marfim de origem animal, no Estado.

3 - Projeto de lei nº 517, de 2018, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Altera a Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, acrescentando o inciso X ao seu artigo 13.

4 - Projeto de lei nº 518, de 2018, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Torna obrigatória a afixação de placas em parques infantis e estabelecimentos afins, onde conste os seguintes dizeres: "Proibido o acompanhamento de crianças por adultos no uso do brinquedo infantil".

5 - Projeto de lei nº 519, de 2018, de autoria do deputado José Américo. Institui o "Dia Estadual da Comida de Rua".

6 - Projeto de lei nº 520, de 2018, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Declara de utilidade pública a "Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Visão", em Cubatão.

7 - Projeto de lei nº 521, de 2018, de autoria do deputado Chico Sardelli. Declara de utilidade pública a "LAV - LAR, AMOR E VIDA", em Bariri.

8 - Projeto de lei nº 522, de 2018, de autoria do deputado Léo Oliveira. Dá a denominação de "José Delibo" à passarela localizada na via de acesso ao Trevo Waldo Adalberto da Silveira (Trevão), em Ribeirão Preto.

9 - Moção nº 49, de 2018, de autoria da deputada Beth Sahão. Apela para o Ministro da Justiça e para a Procuradoria Geral da República a fim de que apurem eventual crime praticado pelo Sr. Jair Bolsonaro que infringiu o artigo 232 do ECA e a Convenção dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Convenção de Beijing) das Nações Unidas de 1985, da qual o Brasil é signatário e obrigado a seguir suas diretrizes nos termos do artigo 5, §2º e 3º da CF de 1988.

2ª Sessão

Projeto de lei nº 515, de 2018, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Autoriza o Poder Executivo a criar políticas públicas de Patrulha Rural.

4ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 5, de 2018, de autoria do deputado Estevam Galvão. Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução nº 576, de 1970, com modificações posteriores - Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

2 - Projeto de lei nº 513, de 2018, de autoria do deputado Luiz Turco. Garante aos possuidores de terras devolutas inseridas no 2º Perímetro de São Roque, atual Parque Estadual do Jurupará, que se filiem ou sejam sucessores, direta ou indiretamente, dos possuidores do rol constante do Processo Administrativo de Legitimação de Posses PGE/PPI Nº 36356/60, cujo Edital foi publicado no Diário Oficial do Estado, de 1973, a outorga dos Títulos de Domínio, nos termos da Lei Estadual nº 3962, de 1957, e regulamentada pelo Decreto nº 28389, de 1988.

3 - Projeto de lei nº 514, de 2018, de autoria do deputado Chico Sardelli. Institui a "Semana Estadual de Conscientização do Distúrbio do Crescimento".

4 - Moção nº 48, de 2018, de autoria do deputado Campos Machado. Aplauda o jornal Gazeta da Região Sul por sua impecável e exemplar função como veículo de comunicação, digna de todo o reconhecimento e admiração.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 510, de 2018, de autoria da deputada Clélia Gomes. Inclui no Calendário de Eventos do Estado a semana "Um Axé Para Vida".

2 - Projeto de lei nº 511, de 2018, de autoria do deputado Chico Sardelli. Altera a redação do Parágrafo único da Lei nº 16.111, de 2016, adicionando recursos para a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento com a disciplina de LIBRAS para as Guardas Municipais.

3 - Projeto de lei nº 512, de 2018, de autoria da deputada Leci Brandão. Declara de utilidade pública o "Instituto C", em São Paulo.

4 - Moção nº 47, de 2018, de autoria do deputado Celino Cardoso. Aplauda o valoroso trabalho social e educacional desenvolvido pela APAE de Mairiporã ao longo desses 48 anos em prol dos excepcionais.